



5º Simulado Especial

INSS

Pré-Edital

Simulado

5º Simulado Especial INSS

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para INSS;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/HArCAuY8LPjAM6cZ8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/QaoR>

PORTUGUÊS*Patrícia Manzato***Aurora sem dia**

Naquele tempo contava Luís Tinoco vinte e um anos. Era um rapaz de estatura meã, olhos vivos, cabelos em desordem, língua inesgotável e paixões impetuosas. Exercia um modesto emprego no foro, donde tirava o parco sustento, e morava com o padrinho cujos meios de subsistência consistiam no ordenado da sua aposentadoria. Tinoco estimava o velho Anastácio e este tinha ao afilhado igual afeição.

Luís Tinoco possuía a convicção de que estava fadado para grandes destinos, e foi esse durante muito tempo o maior obstáculo da sua existência. No tempo em que o Dr. Lemos o conheceu começava a arder-lhe a chama poética. Não se sabe como começou aquilo. Naturalmente os louros alheios entraram a tirar-lhe o sono. O certo é que um dia de manhã acordou Luís Tinoco escritor e poeta; a inspiração, flor abotoada ainda na véspera, amanheceu pomposa e viçosa. O rapaz atirou-se ao papel com ardor e perseverança, e entre as seis horas e as nove, quando o foram chamar para almoçar, tinha produzido um soneto, cujo principal defeito era ter cinco versos com sílabas de mais e outros cinco com sílabas de menos. Tinoco levou a produção ao Correio Mercantil, que a publicou entre os pedidos.

Mal dormida, entremeada de sonhos interrompidos, de sobressaltos e ânsias, foi a noite que precedeu a publicação. A aurora raiou enfim, e Luís Tinoco, apesar de pouco madrugador, levantou-se com o sol e foi ler o soneto impresso. Nenhuma mãe contemplou o filho recém-nascido com mais amor do que o rapaz leu e releu a produção poética, aliás decorada desde a véspera. Afigurou-se-lhe que todos os leitores do Correio Mercantil estavam fazendo o mesmo; e que cada um admirava a recente revelação literária, indagando de quem seria esse nome até então desconhecido.

Não dormiu sobre os louros imaginários. Daí a dois dias, nova composição, e desta vez saiu uma longa ode sentimental em que o poeta se queixava à lua do desprezo em que o deixara a amada, e já entrevia no futuro a morte melancólica de Gilbert. Não podendo fazer despesas, alcançou, por intermédio de um amigo, que a poesia fosse impressa de graça, motivo este que retardou a publicação por alguns dias. Luís Tinoco trouxe a custo a demora, e não sei se chegou a suspeitar de inveja os redatores do Correio Mercantil. A poesia saiu enfim; e tal

contentamento produziu no poeta que foi logo fazer ao padrinho a grande revelação.

— Leu hoje o Correio Mercantil, meu padrinho? perguntou ele.

(...)

— Isto não tem graça, disse ele ao afilhado estupefato; que diabo tem a lua com a indiferença dessa moça, e a que vem aqui a morte deste estrangeiro?

Luís Tinoco teve vontade de descompor o padrinho, mas limitou-se a atirar os cabelos para trás e a dizer com supremo desdém:

— São coisas de poesia que nem todos entendem; esses versos sem graça são meus.

Machado de Assis, *Obra Completa*, de Machado de Assis, vol. II,
Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994

- 01.** Infere-se do texto que o personagem sentia dificuldade em lidar com sua criação poética, mesmo que no início de sua carreira.
- 02.** No trecho “*No tempo em que o Dr. Lemos o conheceu*” (2º parágrafo, o pronome “que” apresenta a mesma função sintática que em “*Tinoco levou a produção ao Correio Mercantil, que a publicou entre os pedidos*” (3º parágrafo)
- 03.** Constata-se, a partir da leitura do conto, que o narrador é onisciente, já que conhece os personagens, inclusive em seus pensamentos e emoções.
- 04.** No trecho “*Não se sabe como começou aquilo.*” (2º parágrafo), o pronome demonstrativo “aquilo” refere-se a Tinoco querer grandes conquistas.

- 05.** Mantendo-se a correção gramatical, o trecho "Afigurou-se-lhe que todos os leitores do Correio Mercantil estavam fazendo o mesmo; e que cada um admirava a recente revelação literária" pode ser reescrito da seguinte maneira "Se delineou se todos, aqueles que liam o Correio Mercantil estariam, também, lendo seu poema da mesma forma. Se os leitores apreciavam tal revelação literária recente".
- 06.** A oração "Não podendo fazer despesas" (4º parágrafo) estabelece, quanto ao trecho que a sucede, uma relação de explicação.
- 07.** A função da vírgula no trecho "*Luís Tinoco possuía a convicção de que estava fadado para grandes destinos, e foi esse durante muito tempo o maior obstáculo da sua existência*" é a de introduzir uma pausa enfática para destacar o sujeito da oração.
- 08.** O desfecho do texto, com a fala de Luís Tinoco ao padrinho ("São coisas de poesia que nem todos entendem"), sugere que Tinoco acredita que sua arte está além da compreensão de outros.
- 09.** No trecho: "*Nenhuma mãe contemplou o filho recém-nascido com mais amor do que o rapaz leu e releu a produção poética*", a expressão "com mais amor" indica um exagero retórico para enfatizar o orgulho de Tinoco.
- 10.** O texto apresenta características predominantes de um texto narrativo, com elementos descritivos e tom irônico.
- 11.** No trecho "*Luís Tinoco tragou a custo a demora, e não sei se chegou a suspeitar de inveja os redatores do Correio Mercantil.*" é utilizada a substituição pronominal para evitar repetição como recurso de coesão.

Acerca dos aspectos da redação oficial definidos no MRPR, julgue o item a seguir:

- 12.** De acordo com MRPR, o órgão emissor do documento oficial deve adotar o padrão mais adequado em suas comunicações, conforme suas especificidades. Isso inclui a abolição total de termos técnicos ou de difícil compreensão.
- 13.** Em um ofício a ser enviado pelo Ministro da Justiça a um Ministro do Supremo Tribunal Federal, é adequado o emprego do pronome de tratamento Vossa Senhoria como vocativo, pois ambos ocupam cargos de mesmo nível hierárquico.
- 14.** A mensagem é o instrumento de comunicação oficial entre os Chefes dos Poderes Públicos em assuntos que são de interesse dos Poderes Públicos e da Nação.
- 15.** O trecho "Apurado, com impressionante agilidade e precisão, naquela tarde de 2009, o resultado da consulta à população acriana, verificou-se que a esmagadora e ampla maioria da população daquele distante estado manifestou-se pela efusiva e indubitável rejeição da alteração realizada pela Lei no 11.662/2008" está de acordo com os atributos da impessoalidade e da concisão que regem a Correspondência Oficial.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para o INSS, 40, para o MPU e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para o INSS e para o MPU. Acerca dessa situação, julgue os itens seguintes.

16. Mais de 20 alunos farão prova para o INSS e para o MPU

17. Selecionando-se ao acaso dois alunos do curso, a probabilidade de que ambos façam prova para o INSS e para o MPU será inferior a 2 %.

18. A quantidade de maneiras distintas de se selecionarem três alunos que não farão prova nem para o INSS e nem para o MPU é inferior a 10.000.

Dos 5.000 candidatos inscritos para determinado cargo, 800 foram eliminados pelos procedimentos de investigação social; 4.500 foram desclassificados na primeira etapa; 50 foram reprovados no curso de formação(segunda etapa), apesar de não serem eliminados na investigação social e os outros eliminados durante o curso de formação também foram eliminados na investigação social; 350 foram nomeados; todos os classificados na primeira etapa e não eliminados na investigação social até o momento da matrícula no curso de formação foram convocados para a segunda etapa; todos os aprovados no curso de formação e não eliminados na investigação social foram nomeados.

Tendo como referência esses dados hipotéticos, julgue os itens a seguir.

19. Infere-se das informações apresentadas que 50 candidatos foram reprovados no curso de formação e também eliminados no processo de investigação social.

20. Se um candidato inscrito para o referido cargo for selecionado ao acaso, então a probabilidade de ele ter sido eliminado no processo de investigação social será inferior a 20%.

No argumento seguinte, as proposições P1, P2, P3 e P4 são as premissas, e C é a conclusão.

- P1: “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então o trabalho dos servidores públicos que atuam nesse setor pode ficar prejudicado.”.
- P2: “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então os beneficiários dos serviços prestados por esse setor podem ser mal atendidos.”.
- P3: “Se o trabalho dos servidores públicos que atuam no setor Alfa fica prejudicado, então os servidores públicos que atuam nesse setor padecem.”.
- P4: “Se os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos, então os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem.”.
- C: “Se há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa, então os servidores públicos que atuam nesse setor padecem e os beneficiários dos serviços prestados por esse setor padecem.”.

Considerando esse argumento, julgue os itens seguintes.

21. Se a proposição P4 for verdadeira, então a proposição “Os beneficiários dos serviços prestados pelo setor Alfa são mal atendidos.” será, necessariamente, verdadeira.

22. Se a proposição “O trabalho dos servidores públicos que atuam nesse setor pode ficar prejudicado.” for falsa e a proposição “Há carência de recursos tecnológicos no setor Alfa.” for verdadeira, então a proposição P1 será falsa

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

23. Julgue o item subsequente com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal — Decreto nº 1.171/1994.

A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o interesse da administração pública.

24. Julgue o item subsequente com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal — Decreto nº 1.171/1994.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal estabelece eixos deontológicos fundamentais para orientar a conduta dos agentes públicos. Entre esses eixos, destaca-se a consideração de que faltas injustificadas ao trabalho desmoralizam o serviço público e causam desordem às relações interpessoais.

25. Julgue o item subsequente com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal — Decreto nº 1.171/1994.

A sanção prevista para a violação dos deveres fundamentais, estabelecidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é a pena de repreensão.

26. Julgue o item subsequente com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal — Decreto nº 1.171/1994.

Ursula, servidora pública vinculada a um órgão previdenciário federal, com o intuito de minimizar sua carga de trabalho, forneceu informações imprecisas a cidadãos que buscaram atendimento, alegando que a demanda apresentada não encontrava respaldo na legislação vigente. Apesar da inconsistência das informações prestadas, ela não sofreu sanção disciplinar, sob a justificativa de

que sua conduta não foi motivada por má-fé, mas sim por desconhecimento das atualizações legislativas aplicáveis ao caso.

Do ponto de vista ético, sua conduta configura uma infração aos deveres fundamentais do servidor público, independentemente da análise sob a perspectiva disciplinar, tornando-o passível de pena de censura.

27. Julgue o item subsequente com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal — Decreto nº 1.171/1994.

A participação do servidor em greve é vedada enquanto não houver legislação infraconstitucional que regulamente seus limites. No entanto, permanece assegurado o direito de manifestação e reivindicação, garantindo a expressão de posicionamentos e demandas dentro dos parâmetros éticos e institucionais estabelecidos.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

28. Julgue o item subsecutivo, a respeito da organização da administração pública.

A criação de empresas estatais é a expressão da descentralização administrativa, que implica a criação de pessoas jurídicas com atribuições previstas em lei e em seus atos constitutivos.

29. Julgue o item subsecutivo, a respeito dos atos administrativos.

A extinção de um ato administrativo pode ocorrer com base em diferentes fundamentos. No caso de atos discricionários, a extinção pode ser motivada por um vício de legalidade, configurando hipótese de anulação, ou por razões de conveniência e oportunidade vinculadas ao interesse público, caracterizando a revogação.

30. A respeito dos princípios da administração pública, julgue o item subsecutivo.

Alessandra, prefeita de um município, incluiu seu nome e sua fotografia na publicidade de uma obra pública realizada durante sua gestão, com o objetivo de destacar sua promoção pessoal. Sua conduta foi adequada e seguiu o princípio da legalidade, o qual determina que as obras públicas devem conter a identificação da autoridade ou do servidor responsável por meio de escritos, símbolos ou imagens.

31. Julgue o item subsecutivo, a respeito dos poderes da administração pública.

A Administração Pública exerce suas funções por meio de diversas formas, sendo o poder de polícia uma de suas manifestações, caracterizado pela exigibilidade, que viabiliza a execução indireta por meio da imposição de multas. Além disso, quando autorizado por lei ou necessário para prevenir prejuízos irreparáveis ao interesse público, admite-se a autoexecutoriedade, permitindo a utilização de meios diretos de coerção.

32. Julgue o item subsecutivo, a respeito da responsabilidade civil do Estado.

Uma empresa privada, responsável pela concessão do serviço público de distribuição de gás, está sendo demandada em uma ação de indenização proposta por um cidadão que sofreu ferimentos graves ao cair em um bueiro com a tampa desalinhada. O autor da ação busca a responsabilização objetiva da concessionária.

A decisão de ingressar com a ação contra a concessionária de serviço público encontra respaldo no ordenamento jurídico vigente, pois tais empresas respondem objetivamente pelos danos decorrentes do exercício de suas atividades.

33. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

A Lei nº 8.112/1990, que regula o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, define a recondução como a reinvestidura do servidor estável ao cargo que ocupava anteriormente, ou ao cargo que o tenha sucedido em virtude de transformação, nos casos em que sua demissão for invalidada por decisão administrativa ou judicial.

34. Julgue o item subsequente com base na Lei de Improbidade Administrativa — Lei n.º 8.429/1992.

A simples nomeação ou indicação política por titulares de mandatos eletivos não caracteriza, por si só, improbidade administrativa, sendo indispensável a comprovação de dolo, que pode ser específico ou genérico. Ou seja, basta a intenção de realizar a conduta tipificada, ainda que não haja finalidade ilícita por parte do agente.

35. Julgue o item subsequente com base na Lei do Processo Administrativo — Lei nº 9.784/1999.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, considera-se entidade a unidade de atuação sem personalidade jurídica.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir:

36. O direito à vida, como todos os demais direitos fundamentais, pode ser considerado absoluto, pois concretiza o fundamento constitucional da dignidade humana.

37. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei.

38. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais o repouso semanal remunerado aos domingos.

39. A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

40. É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

Em relação ao tema da Ordem Social, julgue os itens que se seguem:

41. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.

42. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à educação e à assistência social.

43. É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

44. O Windows 11, seguindo uma tendência do mercado, limita a conectividade com outras plataformas e com soluções externas de Inteligência artificial.

45. No Windows 11, O Bloco de Notas tem cantos arredondados, seguindo o design padrão do Sistema operacional e a possibilidade de usar o modo escuro, algo que facilita muito a tarefa de escrever um texto no notebook à noite, por exemplo.

46. Após adicionar uma legenda a um objeto no Word, o usuário pode fazer referência ao objeto em questão de qualquer lugar do documento, usando o recurso de Referência Cruzada.

47. A função CONT.NUM, do Excel, retorna como resultado a quantidade de células preenchidas no intervalo de células passado como parâmetro.

48. O ICMP é o protocolo utilizado na camada de aplicação das redes TCP/IP para a utilização de mensageria.

49. O Boot é um tipo de ataque que domina a máquina do usuário e passa a utilizar a mesma para realizar ações do atacante.

50. Os ataques de phishing usam cavalos de Troia para controlar vários computadores, em geral com a finalidade de enviar spam..

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Adriana Menezes

51. A seguridade social constitui um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos à saúde, educação, previdência e assistência social.

- 52.** As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- 53.** A seguridade social deve ser organizada com o objetivo de manter o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores e empregadores e do Estado.
- 54.** A Previdência Social, organizada sob a forma do regime geral, atenderá, exclusivamente, nos termos da lei, à cobertura dos eventos de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho e idade avançada.
- 55.** A previdência social tem caráter solidário que faz garantir a prestação de benefícios e serviços independentemente do aporte individual das contribuições sociais.
- 56.** O princípio do direito adquirido não é aplicado ao direito previdenciário, pois, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, inexistente direito adquirido a regime jurídico.
- 57.** O ocupante de emprego público estará filiado, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
- 58.** Joaquim explora atividade de extrativista mineral em regime de economia familiar há 18 anos. Considerando a legislação previdenciária vigente, Joaquim poderá se aposentar aos 60 anos de idade, desde que cumprida a carência mínima de 180 contribuições ao RGPS.
- 59.** A respeito das normas previdenciárias, julgue o item subsequente.
- Ao se utilizar do método de interpretação sistemática, o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo
- 60.** A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, quando invocada como causa da incapacidade, impede, em qualquer situação, que lhe seja concedido o auxílio por incapacidade temporária.
- 61.** O auxílio por incapacidade temporária não acidentário é devido ao segurado que possua ao menos seis contribuições ao RGPS e se encontre impossibilitado de exercer suas atividades por 15 dias.
- 62.** Ao segurado que tenha sofrido acidente de qualquer natureza ou causa é assegurada, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio por incapacidade temporária acidentário, independentemente da percepção de auxílio-acidente.
- 63.** Quando o segurado estiver em gozo de auxílio por incapacidade temporária, o empregador continuará a ter que pagar-lhe o salário-família.
- 64.** Em relação aos dependentes do segurado do RGPS, julgue o item a seguir.
- Deve ser excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor de homicídio doloso cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

- 65.** Joaquim é segurado especial da Previdência Social. Em sua propriedade rural, além da atividade agropecuária, ele passou a explorar a atividade turística, oferecendo, inclusive, hospedagem. Ele exerce essa nova atividade nos períodos das férias escolares, nos meses de janeiro, julho e dezembro de cada ano. Considerando o disposto na legislação previdenciária, pode-se afirmar que a atividade turística exercida por Joaquim não descaracteriza a sua condição de segurado especial, desde que a hospedagem não ultrapasse 120 dias ao ano.
- 66.** Considerando as normas previdenciárias, pode-se afirmar que um segurado aposentado por incapacidade permanente que atingir a idade de 65 anos, se homem, e 62 anos, se mulher, poderá converter sua aposentadoria para a aposentadoria programada.
- 67.** A aposentadoria especial exige do segurado idade mínima e tempo mínimo de contribuição. Para fins de concessão de aposentadoria especial somente serão considerados os períodos de atividade especial, sendo vedada a conversão de tempo comum em especial, para períodos posteriores a 13/11/2019 (reforma previdenciária trazida por meio da Emenda Constitucional n. 103, de 2019).
- 68.** Joaquim havia cumprido todas as condições para a aposentadoria por tempo de contribuição em 10/11/2019. A partir daquela data, sem ter requerido sua aposentadoria, deixou de contribuir para a previdência social, ocorrendo, mais tarde, a perda da sua qualidade de segurado do RGPS. Considerando que Joaquim não requereu a aposentadoria por tempo de contribuição na data em que cumpriu os requisitos para sua concessão, que tenha perdido a qualidade de segurado do RGPS, e, ainda, que após 13/11/2019 começaram a vigorar novas regras para as aposentadorias, caso Joaquim pleiteie hoje sua aposentadoria por tempo de contribuição, tal pedido deverá ser deferido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
- 69.** Perde o direito à pensão por morte, o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo administrativo ou judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 70.** O benefício do auxílio-reclusão será devido ao segurado de baixa renda que estiver preso em regime fechado ou semiaberto, após cumprir a carência mínima de 24 contribuições para o RGPS.
- 71.** Joaquim requereu benefício de aposentadoria por tempo de contribuição e se aposentou há 08 anos, contados da data da entrada do requerimento administrativo (DER). Agora, o segurado percebeu que o valor do seu benefício foi calculado a menor, causando-lhe prejuízos. Neste caso, pode-se afirmar que dado o tempo entre a concessão da aposentadoria e a verificação do erro administrativo – 8 anos – Joaquim não terá mais direito de pedir a revisão do seu benefício, pois ocorreu a prescrição.
- 72.** De acordo com a legislação previdenciária, verificada a recuperação da capacidade de trabalho do aposentado por incapacidade permanente, sendo o segurado declarado apto para o exercício de trabalho diverso do qual habitualmente exercia, a aposentadoria será mantida, sem prejuízo da volta à atividade, no seu valor integral, durante doze meses contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade.
- 73.** A contribuição social destinada ao financiamento da seguridade social a cargo da empresa e da entidade equiparada a ela, na forma da lei, poderá ter alíquota diferenciada unicamente em razão do porte da empresa e da atividade econômica por elas exercida.

74. As novas contribuições para a seguridade social (contribuições residuais), apesar de só poderem ser criadas mediante lei complementar, poderão ter base de cálculo e fato gerador próprios de impostos, mas não das contribuições existentes.

75. A respeito do salário de contribuição, julgue o item a seguir.

As gorjetas não integram o salário de contribuição do segurado empregado filiado ao RGPS, assim como também não o integra a parcela recebida a título de vale-transporte paga em pecúnia.

76. A entidade beneficente de assistência social que atenda aos requisitos legais e seja beneficiada pela imunidade das contribuições previdenciárias fica desobrigada de arrecadar e recolher a contribuição do segurado empregado e do contribuinte a seu serviço.

77. A Constituição Federal, excepcionalmente, autoriza a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais das empresas incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos das pessoas que lhe prestam serviços para custear as despesas com pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

78. O Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS possui quinze membros, sendo nove representantes da sociedade civil, todos nomeados pelo Presidente da República. Os representantes titulares da sociedade civil possuem mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

79. Uma vez requerido benefício pelo segurado, cabe ao INSS analisar e conceder-lhe o benefício mais vantajoso, desde que os elementos constantes do processo administrativo assegurem o reconhecimento desse direito.

80. A contagem recíproca do tempo de contribuição entre o regime geral de previdência social (RGPS) e os regimes próprios de previdência social (RPPS), e destes entre si, é garantida ao segurado, para fins de aposentadoria, quando houver necessidade de computar períodos de contribuição ou atividade sujeitos a regimes previdenciários distintos, devendo ser observada a compensação financeira entre eles, de acordo com os critérios estabelecidos em lei. Nesse caso, é permitida a contagem de tempo de contribuição quando as atividades forem exercidas concomitantemente nos regimes geral e próprio de previdência.

81. Para fins de concessão de aposentadoria ou contagem recíproca de tempo de contribuição, a lei poderá estabelecer contagem de tempo de contribuição fictício.

José é irmão de Joaquim e de Natália. José é empregado de uma empresa há 05 anos e sustenta a casa onde mora com os irmãos porque não têm mais os pais que faleceram devido a complicações desencadeadas pelo COVID-19.

José é solteiro, não tem filhos e não pretende se casar. Joaquim tem 16 anos de idade, não tem renda própria e está cursando o ensino médio. Natália tem 23 anos de idade e trabalha como diarista, tendo como renda mensal 01 salário-mínimo.

Diante da situação hipotética apresentada julgue os itens a seguir.

82. Pode-se afirmar que Joaquim poderá figurar na qualidade de dependente de José juntamente com Natália porque o segurado é quem sustenta as despesas da casa.

83. Joaquim poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) como segurado facultativo.

84. Pode-se afirmar que Natália é segurada obrigatória do RGPS, na condição de contribuinte individual e deverá cumprir a carência mínima de 10 contribuições mensais para obter o benefício de salário-maternidade ao adotar uma criança.

85. Caso Natália sofra um acidente e este lhe cause sequelas consolidadas a ponto de reduzir sua capacidade de trabalho, terá direito ao auxílio-acidente após a cessação do auxílio por incapacidade temporária.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Lilian Novakoski

Acerca dos Princípios, Evolução Histórica e Conceitos sobre a Seguridade Social, julgue:

86. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre as contribuições sociais, dentre as quais, do importador e sobre bens e serviços.

87. A Lei Eloy Chaves é considerada um marco inicial da Previdência Social no Brasil, sendo o modelo de participação das empresas e trabalhadores no custeio adotado até hoje.

88. O Sistema Único de Saúde foi criado através da Constituição Federal de 1967, quando surgiu a Seguridade Social.

89. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, houve também a unificação administrativa, com a instituição do INPS - Instituto Nacional de Previdência Social, que unificou os

diversos Institutos de Previdência existentes na época.

90. São princípios da Seguridade Social a universalidade de participação nos planos previdenciários, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados e irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.

Sobre os Segurados e Dependentes do Regime Geral de Previdência Social, julgue

91. Carlos é segurado especial, possui um pequeno sítio no qual cultiva hortaliças. Por ser muito conhecido na sua cidade, foi eleito vereador, com o objetivo de ajudar pequenos agricultores como ele. Nesta situação, como passou a categoria de empregado para o RGPS, deixará de ser segurado especial, mesmo que continue o labor como pequeno produtor rural, voltando a ser segurado especial com o fim do mandato eletivo.

92. Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário que presta serviço para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal regular, e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas, na forma da legislação própria, é considerado segurado empregado.

93. A pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral - garimpo -, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua é considerada Contribuinte Individual.

94. Carolina foi casada com José Mário por 20 anos, quando decidiram se divorciar, ficando garantido para Carolina pensão alimentícia vitalícia. Logo após o divórcio, José Mário se casou com Mariazinha, com quem viveu até seu falecimento. Nesta situação hipotética, são consideradas dependentes de José tanto Carolina como Mariazinha.

95. Karla pediu demissão em julho de 2024 para dedicar-se exclusivamente a maternidade. Nesta situação, Karla poderá filiar-se à previdência social como segurada facultativa, enquanto não for segurada obrigatória do RGPS.

96. O enteado, o menor sob guarda e o menor tutelado equiparam-se a filho do segurado, mediante declaração deste, desde que comprovada a dependência econômica.

97. Os estrangeiros domiciliados e contratados no Brasil para trabalharem como empregados em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.

Sobre os benefícios previdenciário, julgue as assertivas:

98. Lucy trabalha como empregada rural em uma fazenda do interior de São Paulo. Nesta situação, ao completar 55 anos de idade e 180 contribuições terá direito a aposentadoria por idade do trabalhador rural.

99. O benefício da aposentadoria programada tem início para o segurado empregado e empregado doméstico a partir da data do desligamento do emprego, quando requerido em até 90 dias.

100. A aposentadoria por tempo de contribuição do segurado com deficiência, cumprida a carência, é devida ao segurado empregado, inclusive o doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual e facultativo após vinte e cinco anos de tempo de contribuição na condição de pessoa com deficiência, se homem, e vinte anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave, cumprida a carência exigida pela lei.

101. O início da concessão do benefício relativo à pensão do segurado condiciona-se à inscrição e à habilitação de todos os seus possíveis dependentes.

102. O salário família pago aos segurados empregado que possuem tal direito é pago diretamente pela empresa, enquanto o benefício devido aos empregados aposentados é pago diretamente pela Previdência Social.

103. Cláudia, segurada empregada de baixa renda, tem um filho, Júlio, de apenas 2 anos de idade. Cláudia é casada com Jair, que é servidor público e ganha uma média de 3 salários-mínimos mensais. Nesta situação, por a renda familiar ultrapassar dois salários-mínimos, Cláudia não faz jus ao salário família.

104. Julia trabalha desde 2023 como professora em uma escola particular. Em outubro de 2024 sofreu um acidente de carro que a deixou incapacitada temporariamente para seu trabalho. Nesta situação, se cumprida a carência de 12 contribuições, Julia terá direito a aposentadoria por incapacidade permanente.

105. O segurado que recuperar sua capacidade laborativa dentro de cinco anos da data do início da aposentadoria por incapacidade permanente terá cessado de imediato o benefício caso o segurado seja contribuinte individual e possa retornar a atividade.

106. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

107. Para fazerem jus ao benefício de auxílio acidente, se faz necessário a comprovação de 10 contribuições pelo segurado.

Acerca do Salário de Contribuição e o Financiamento da Seguridade Social, julgue as assertivas:

108. O salário de contribuição do segurado empregado será ser proporcional aos dias efetivamente trabalhados, mesmo que tal valor seja abaixo do salário mínimo, contando o tempo para fins de concessão do benefício.

109. Integra o salário de contribuição do empregado as férias indenizadas e o respectivo adicional previsto na Constituição Federal, as gorjetas e as diárias não excedentes a 50% da remuneração mensal do empregado.

110. Jonas foi demitido sem justa causa em 20 de fevereiro de 2024. Nesta situação, a indenização por despedida sem justa causa do empregado nos contratos por prazo determinado, conforme estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho.

111. Para motivar seus empregados, Etamilindo decide implementar participação de lucros na

empresa. Nesta situação, não incidirá contribuição caso pague conforme a lei.

112. O décimo terceiro salário (gratificação natalina) integra o salário de contribuição, inclusive para o cálculo de benefício, na forma estabelecida em lei.

113. Como não pode exercer atividade de comércio, o segurado especial da Previdência Social não é obrigado a recolher nenhuma contribuição sobre a receita da venda de artigos de artesanato elaborados com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar.

Acerca do Benefício de Prestação Continuada da Previdência Social e as disposições da LOAS, julgue:

114. Marcelo é deficiente físico e mental, necessitando de cuidados constantes de sua mãe, Lúcia. Em face da deficiência do filho, Lúcia deixou de trabalhar, e vivem hoje com a renda do pai de Marcelo, que ganha em média mil reais mensais, e não possui emprego fixo. Nesta situação, Marcelo tem direito a benefício de prestação continuada da assistência social, no valor de um salário mínimo.

115. Francisca, viúva, tem 74 anos, não tem nenhum familiar que possa ajudá-la financeiramente e não dispõe de renda para prover suas necessidades. Nesse caso, ela terá direito a benefício assistencial mesmo que não tenha contribuído para a seguridade social.

116. Os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens, bem como os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem, não serão computados para fins de cálculo da renda familiar per capita.

117. David nasceu na Inglaterra e atualmente está residindo no Brasil, mas não adquiriu nacionalidade brasileira. Nesta situação hipotética, ele não fará jus ao benefício de prestação continuada da assistência social, mesmo que tenha preenchido os demais requisitos, pois não tem nacionalidade brasileira.

118. O centro de referência de assistência social (CRAS) é uma unidade de base municipal e é destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

Julgue as assertivas sobre Seguro Defeso:

119. Holanda era casada com Raimundo, o qual trabalhava como pescador artesanal em Maceió e o auxiliava nas atividades do dia a dia. Ocorre que, no dia 31 de março de 2023, enquanto pescava, veio uma onda muito forte e Raimundo acabou morrendo afogado. Alguns dias antes de sua morte, ele tinha requerido benefício do seguro-desemprego do pescador artesanal e em abril receberia a primeira parcela. Nessa situação hipotética, Holanda fará jus ao benefício do seguro defeso, que era devido a seu esposo, até o término do período.

120. No dia 06 de julho de 2022, Sérgio, pescador artesanal, segurado especial do regime geral, requereu o benefício do seguro-desemprego, pois faltavam 30 dias para iniciar o período de defeso na região em que trabalha. Nessa situação hipotética, o benefício será devido desde a data do requerimento, pelo prazo que durar o defeso.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
